



CONSTRUIR UMA POLÍTICA COMUNISTA SOCIALMENTE ENRAIZADA PARA SUPERAR A CONCILIAÇÃO DE CLASSE

Renato Nucci Jr.*

Qualquer análise do projeto de governo hegemônico pelo PT tem de partir de um ponto básico. Desde a eleição de Lula em 2002, esse projeto se apoia em uma política de conciliação de classe, cujo objetivo é o de destravar os óbices a um novo ciclo de expansão e acumulação capitalista no Brasil. Seu produto mais visível aparece em um arco de alianças políticas conservadoras, com a indicação de José Alencar do PL, um megacapitalista do ramo têxtil e ex-senador da República, como vice de Lula em 2002 e 2006; e a de Henrique Meirelles, ex-presidente do *Bank Boston* e à época deputado federal pelo PSDB, para a presidência do Banco Central. Mas essa aliança ainda contava no primeiro mandato de Lula, com o PTB de Roberto Jefferson e o PL de Valdemar da Costa Neto.

Com o passar do tempo essa frente se ampliou para o PMDB dos oligarcas José Sarney e Renan Calheiros, e da latifundiária Kátia Abreu (cuja carreira política começou no PFL/DEM); o PR do latifundiário Blairo Maggi, um dos maiores produtores individuais de soja do mundo; o PSD do ex-malufista Gilberto Kassab e agora do banqueiro Henrique Meirelles; o PRB do senador e líder evangélico Marcelo Crivella; o PROS de Ciro Gomes, que já passou pelo PSDB e PSB; e o senador e oligarca alagoano Fernando Collor de Melo, ex-presidente da República cassado, que foi liberado por seu partido, o PTB, para apoiar a campanha pela reeleição de Dilma, em 2014. Essa aliança chegou ao ponto de abrigar figuras obscurantistas, como o pastor e deputado federal Marco Feliciano, do PSC.

Essa política de conciliação de classes, como marca do projeto de governo petista, não surge abruptamente. Suas origens remontam ao final da década de 1980 e ganham corpo ao longo da década de 1990, com as sucessivas derrotas eleitorais de Lula. Estas eram interpretadas pelo campo majoritário petista como um sinal de que o caráter radical de seus programas de governo precisava ser atenuado por uma inflexão ao centro do espectro político. A aplicação do programa neoliberal no Brasil (abertura comercial, livre fluxo de capitais, câmbio desregulado, rigor fiscal, desregulamentação da economia, privatizações etc.), representando a ascensão ao bloco no poder de uma burguesia associada ao imperialismo, mesmo afetando frações da burguesia com uma base de acumulação mais ligada ao mercado interno, ganhava apoio desta por temor do suposto radicalismo de um governo Lula. Como o capitalismo neoliberal atingira duramente a

* Membro da Organização Comunista Arma da Crítica

classe trabalhadora com elevados níveis de desemprego e precarização, para o campo majoritário petista teria surgido uma convergência de interesses entre as frações burguesas atingidas pelo programa neoliberal e a classe trabalhadora. Mas, para isso, o PT teria de superar as desconfianças presentes em frações da burguesia, alcançadas apenas pelo abrandamento de seu programa democrático-popular. A luta pelo socialismo, mesmo como artifício de retórica reservado para as datas festivas, submerge frente a um discurso cujo foco é a derrota do neoliberalismo e a retomada de um projeto de desenvolvimento nacional.

Antes de prosseguirmos é importante esclarecer um aspecto que perpassa toda a nossa análise. Primeiramente, não comungamos da visão de que teria ocorrido, nessa fase do capitalismo neoliberal, uma unificação dos interesses burgueses, em que teriam sido apagadas as suas contradições internas. Existe ainda no interior da burguesia a disputa pela repartição da mais-valia globalmente produzida. Do mesmo modo, de acordo com o termômetro da luta de classe, ou seja, de acordo com o grau de mobilização da classe operária e das demais classes subalternas, a burguesia pode em determinada conjuntura se unir ou se dividir na maneira como enfrentar a mobilização dos de baixo.

Do ponto de vista econômico, o da repartição da mais-valia, Marx aponta n' *O Capital*¹ a divisão da burguesia de acordo com a função ocupada por seu capital no processo de reprodução e circulação: capital funcionante (produtor de mais-valia), renda da terra, capital portador de juros, capital comercial. Lênin aponta para a superação da fase concorrencial do capitalismo, com este atingindo uma fase monopolista e imperialista. A economia passou a ser dominada por um punhado de trustes e cartéis levando à formação do capital financeiro, pela fusão do capital industrial e do bancário. Formou-se, para Lênin, uma nova fração da classe dominante, que assumirá doravante uma condição hegemônica no bloco no poder, por ele crismada de *oligarquia financeira*. Longe de criar uma indistinção de interesses, o capital financeiro acentuou a separação entre o capital-dinheiro e o capital produtivo, entre o rentista e os empresários. Do mesmo modo, colocou em primeiro plano os interesses do capital monopolista frente aos interesses do pequeno e do médio capital.²

Outra contribuição que ajuda na análise das frações burguesas foi feita por Poulantzas. Analisando a dinâmica do capitalismo europeu, mas indicando que esta poderia ser aplicada aos novos países industrializados, o autor aponta para a formação de frações burguesas divididas em relação ao espaço nacional: burguesia compradora (ou associada), sem base própria de acumulação e com vínculos mais orgânicos com o capital imperialista; burguesia nacional, cuja base de acumulação própria a leva a defender a ampliação do mercado interno, chegando a propugnar uma aliança com as classes dominadas e a se colocar em uma posição política nacionalista revolucionária; burguesia interna, cuja existência de uma base de acumulação própria não diminui em termos absolutos seus laços de dependência tecnológica e financeira com o imperialismo, levando-a a defender maior exclusividade no mercado interno, sem com isso propor uma

¹ MARX, Karl, *O Capital*, Volume III, Nova Cultural, São Paulo, 1987.

² LÊNIN, V. I., *Imperialismo, Fase Superior do Capitalismo*, 3ª Edição, Global, São Paulo, 1985.

aliança política com as classes dominadas.³ Quando analisamos o espaço nacional onde as frações burguesas atuam, estas assumem características superpostas. Uma fração burguesa detém acumuladamente características quanto à função do capital, quanto ao tamanho e em sua relação com o espaço nacional.

Um segundo aspecto é sobre o possível truísmo em caracterizar o projeto de governo petista como sendo de conciliação de classe. O Estado capitalista, como todo Estado ao longo da história, tem duas metas principais, econômica e política, ambas se condicionando reciprocamente. Primeiro, garantir o processo de acumulação e reprodução ampliada do capital em favor das frações burguesas hegemônicas, o que requer um suporte político e ideológico do Estado, bem como dos aparelhos estatais e privados de hegemonia. Por outro, manter apassivada as classes subalternas dosando, de acordo com a temperatura da luta de classe, a coerção (uso dos aparelhos repressivos) e a cooptação (atendimento precário de certos interesses econômicos e utilização dos aparelhos estatais e privados de hegemonia e ideológicos).

A conciliação de classe torna-se, nesse sentido, um aspecto essencial para garantir certo nível de legitimidade do Estado capitalista. Para tanto, o Estado combina coerção e cooptação, dosando-os de acordo com a temperatura da luta de classe. Já os regimes políticos (ditadura ou democracia) e os governos operam as funções estatais acima indicadas em uma conjuntura histórica concreta. O Estado capitalista nunca apoiou sua legitimidade apenas na própria burguesia. Ele teve de buscar em outras classes, através de mediações feitas por suas representações políticas, inclusive com camadas do proletariado, alguma forma de conciliação através de concessões econômico-corporativas.

Retornando à análise dos governos petistas, o que os diferencia dos demais governos de nossa história? Por um lado, pela primeira vez, o comando dos vértices dos aparelhos de Estado foi confiado, pelo conjunto da burguesia, a um ator político e a um sujeito social sempre colocado à margem ou tratado de forma subordinada no processo político e decisório: a classe trabalhadora e o PT como seu principal instrumento de mediação política. Por outro, buscou acomodar em melhores condições no interior do bloco no poder, os interesses da burguesia interna, principalmente seus setores monopolistas vinculados às funções funcionantes do capital. Tal política explica as alianças institucionais conservadoras feitas pelo PT.

Contudo, esse projeto de governo não representou um rompimento com a burguesia associada. A *Carta aos Brasileiros*, divulgada pela cúpula petista em junho de 2002, oferecia garantias ao capital financeiro de que os traços mais gerais da política econômica em vigor seriam respeitados. Mas, apontava para a construção de uma política voltada ao crescimento econômico, ao desenvolvimento do mercado interno, às exportações, como forma de se garantir o equilíbrio fiscal e a estabilidade das contas públicas. Em suma, justificava-se a necessidade de mudanças em aspectos da política econômica, como forma de se garantir a permanência de uma política econômica que em

³ POULANTZAS, Nicos, *As Classes Sociais no Capitalismo de Hoje*, Zahar, Rio de Janeiro, 1974.

seus traços fundamentais beneficia a burguesia associada, especialmente seus setores mais financeirizados. Uma passagem da *Carta* é bem ilustrativa quanto a esse propósito: “Só a volta do crescimento pode levar o país a contar com um equilíbrio fiscal consistente e duradouro”.⁴

Para os *de cima*, portanto, a conciliação de classe dos governos petistas significou a acomodação em melhores condições dos interesses da burguesia interna, mantendo a hegemonia da burguesia associada no interior do bloco no poder. Combinaram-se, para isso, dois movimentos, um de descontinuidade e outro de continuidade; uma política econômica, monetária, cambial e fiscal no interesse das frações mais financeirizadas e da burguesia associada, ao mesmo tempo em que se tomaram iniciativas de emplacar um novo ciclo de desenvolvimento capitalista no interesse das frações burguesas funcionantes e interna. A burguesia interna foi beneficiada pelas políticas de ampliação do consumo garantidas pelos aumentos no salário mínimo e pelas políticas compensatórias, de exigência de um maior índice de nacionalização de peças para setores como o automobilístico, o naval e o de exploração petrolífera, bem como o de maior grau de internacionalização de um pequeno núcleo de empresas brasileiras apoiadas por empréstimos generosos do BNDES.

Para manter os interesses da burguesia associada e acomodar em melhores condições os da burguesia interna, os governos petistas tiveram de praticar uma permanente política de arbitragem, em que de acordo com a conjuntura uma fração era um pouco mais beneficiada do que a outra. Na conjuntura pré-crise, que coincide com o segundo mandato de Lula, o crescimento mundial e o doméstico permitiram o atendimento e a acomodação dos interesses de todas as frações burguesas sem maiores conflitos. Realizou-se o “milagre” revelado na *Carta aos Brasileiros*. O crescimento econômico observado foi capaz de contemplar os interesses das duas frações burguesas. O movimento sindical e a classe trabalhadora, por sua vez, foram capazes de arrancar aumentos salariais acima da inflação. E de quebra, a massificação do consumo - garantido pelos empregos mesmo precários e pagando baixos salários, e apoiados na ampliação do crédito - gerou uma sensação de que as condições de vida melhoravam.

Já para os *de baixo*, a política de conciliação de classe dos governos petistas não se fez por meio de políticas que garantissem a efetivação de uma cidadania de direitos, como fizeram os partidos sociais democratas clássicos: ampliação de direitos e de maior igualdade social, com efetiva distribuição da renda e da riqueza. Fazendo sua experiência de governo em um contexto mundial marcado justamente pelo contrário, com um duro ataque à classe trabalhadora em todo o mundo, os governos petistas usaram como forma de apassivamento das classes dominadas, o que vimos denominando por *cidadania de consumo*. Esta não altera as posições políticas e econômicas privilegiadas das classes dominantes, pois se concentra apenas em ampliar o nível de consumo de todas as camadas do proletariado.

⁴ Carta ao Povo Brasileiro, <http://csbh.fpabramo.org.br/uploads/cartaabertaaopovobrasileiro.pdf>.

Para isso, o projeto de governo hegemônico pelo PT popularizou o crédito, acelerando o movimento de rotação do capital e realizando em tempo mais rápido a mais-valia produzida. Dificultou-se a inadimplência com a criação do crédito consignado, garantindo o desconto do empréstimo direto em folha de pagamento. De acordo com dados do Banco Central, a relação entre crédito bancário e PIB aumentou de 24% do crédito total em 2004 para 46,5% em 2011. Entre 2004 e 2012, a carteira de crédito para pessoa física pulou de 38% do crédito total para 53,8%. Em 2012, do saldo total de crédito às pessoas físicas, 64% estava discriminada na categoria de recurso livre.⁵ Amparada na elevação do nível de emprego formal, a massa salarial familiar ampliou-se devido à inserção de um grande contingente de mulheres no mercado de trabalho. Atenuou-se a pobreza relativa com as políticas compensatórias e se realizou o sonho de consumo de bens antes inacessíveis para parcelas importantes do proletariado. Por fim, ideologicamente, os governos petistas utilizaram sua influência em setores organizados da classe trabalhadora, para legitimar e dar ares progressistas a um projeto de expansão e acumulação capitalista que usa e abusa da exploração dos trabalhadores.

O resultado dessa grande expansão e popularização do consumo foi o de tornar o Brasil, em 2011, no terceiro maior mercado de computadores do mundo. Em 2017, a expectativa é a do país se tornar o terceiro maior mercado mundial de voos domésticos. O Brasil se tornou, também, o quarto maior mercado de automóveis do mundo. O PIB brasileiro, considerado em reais, saltou 211% entre 2003 e 2013, de R\$ 1,556 trilhão para R\$ 4,840 trilhões, sem descontar a inflação, que pelo IPCA do IBGE foi de 87,05% para o mesmo período. Em dólares, o PIB brasileiro saltou 69% entre 2003 e 2011. Enquanto isso, para o mesmo período, o PIB norte-americano cresceu 39%.

Todos esses dados revelam que ocorreu, ao longo dos mandatos petistas, mais do que um simples azeiteamento das engrenagens do processo de acumulação capitalista no Brasil. Aconteceu uma verdadeira mudança nesse patamar. Nas palavras de Delfim Netto, ex-ministro de vários governos da ditadura e transformado em um dos principais conselheiros econômicos dos governos do PT, Lula “*mudou o país de forma importante, de forma a salvar o capitalismo*”.⁶ Mais do que um artifício para enganar a burguesia e vencer as eleições, a *Carta aos Brasileiros* se transformou no verdadeiro programa de governo do PT. Os óbices ao desenvolvimento capitalista foram retirados. A máquina de Estado capitalista agiu no sentido de ordenar essa expansão. A burguesia em seu conjunto viu seus lucros crescerem exponencialmente. E as classes dominadas, cada vez mais exploradas, foram apassivadas pelo acesso ao consumo.

A medida desse novo patamar de acumulação pode ser observada tanto nos grandes investimentos em infraestrutura através do PAC, como também no acentuado movimento de interiorização territorial e social das relações de produção capitalistas. Regiões antes periféricas e de baixo dinamismo econômico foram inseridas no movimento de reprodução e circulação ampliada do capital.⁷ Um dado que ilustra muito bem essa

⁵ Banco Central do Brasil, www.bcb.gov.br/pec/depep/sprea/rebc_2012.pdf.

⁶ Delfim: Lula salvou o capitalismo, [HTTP://vistolidoouvido.blogspot.com.br/2009/09/delfim-lula-salvou-o-capitalismo.html](http://vistolidoouvido.blogspot.com.br/2009/09/delfim-lula-salvou-o-capitalismo.html).

⁷ Revista Exame, edição 1006, 14/12/2011, A Marcha da Economia Brasileira.

expansão geográfica está na geração de empregos formais. De acordo com dados do Dieese, eles cresceram acima da média nacional nas cidades com até 500 mil habitantes e nas regiões Nordeste e Centro-Oeste.⁸

Porém, todo esse novo patamar de acumulação ocorreu sem a atenuação, mesmo sob um prisma reformista-burguês ou social-democrata, das contradições estruturais de nossa formação econômico-social. Estas se tornam, antes, essenciais para o processo de expansão em curso. Mais de 90% dos empregos gerados pagavam até 1,5 salários mínimos. Na base dessa pirâmide salarial estão as mulheres, os negros, a juventude e os moradores da região Norte e Nordeste.⁹ Entre 2003 e 2012, a rotatividade, quando se considera o período de até um ano de permanência em um mesmo emprego, pulou de 52% para 64%.¹⁰ Os registros de acidentes de trabalho notificados alcançaram em 2011 a impressionante cifra de 538.480 casos. Em 2003, esse número era de 399.077.¹¹ O apoio dado pelos governos petistas ao agronegócio, um dos setores burgueses com posições políticas das mais reacionárias e conservadoras, manteve intacta a altíssima taxa de concentração de terra, além de causar com a conivência do governo Dilma um grande retrocesso na política indigenista. A especulação imobiliária, estimulada pelo programa *Minha Casa Minha Vida*, combinada a uma política de incentivo à indústria automobilística, degradou ainda mais as condições de vida nas cidades. Devido à precariedade dos serviços públicos, um consumo em padrões também precarizados estendeu-se para uma gama de serviços que deveriam ser prestados pelo Estado, como saúde e educação, tornando os trabalhadores ainda mais dependentes do mercado capitalista para a satisfação das suas necessidades. E o Orçamento Geral da União manteve intactos os interesses do capital portador de juros, ao garantir a execução de mais de 40% para o pagamento de uma dívida pública controlada em grande parte por bancos comerciais e de investimentos.¹²

Por não poder prescindir dos altos níveis de exploração a que o capitalismo estruturalmente submete os trabalhadores brasileiros, esse novo patamar de acumulação, que tem no projeto de governo hegemônico pelo PT sua expressão institucional, não é capaz de garantir um apassivamento político e ideológico estável das classes dominadas. A mera ampliação do consumo não conseguiu gerar mecanismos políticos e ideológicos mais eficazes. Isso porque, além dos altos níveis de exploração, um leque maior de necessidades sociais ficou submetido à lógica mercantil, como educação e saúde. Ocorreu ao mesmo tempo um grande encarecimento de serviços públicos prestados por concessionárias, como transporte, telefonia, energia elétrica, água etc. Além do mais, os altos níveis de desigualdade geraram um mercado segmentado, adaptado aos diferentes níveis pessoal e familiar de renda.

⁸ Ver o estudo do Dieese aqui: [HTTP://www.dieese.org.br/notatecnica/2012/notaTec116rais.pdf](http://www.dieese.org.br/notatecnica/2012/notaTec116rais.pdf).

⁹ POCHMANN, Márcio, *Nova Classe média? O Trabalho na Base da Pirâmide Social Brasileira*, 2012, Boitempo: São Paulo.

¹⁰ *Rotatividade e Política Pública para o Mercado de Trabalho*, 2014, Dieese: São Paulo.

¹¹ *Anuário Estatístico de Acidentes do Trabalho*, 2012, MPAS: Brasília.

¹² Auditoria Cidadã da Dívida: <http://www.auditoriacidada.org.br>.

As contradições sociais mantidas e aprofundadas pelo atual patamar de acumulação são a causa das *Jornadas de Junho*, em 2013, que expôs a insatisfação generalizada com as atuais condições de vida. Socialmente, seu principal expoente foi um novo proletariado, mais escolarizado, ligado às atividades de comércio e serviços. Um desdobramento importante das *Jornadas de Junho* foi o de gerar um novo campo político - ainda muito frágil, confuso e cheio de debilidades políticas - cujo mérito foi se descolar da influência petista e do seu governo. Para estes setores, os mecanismos de apassivamento econômico e político-ideológico já não surtem efeito. A resposta do governo foi a de recorrer aos tradicionais mecanismos jurídico-policiais. Em junho, no calor dos protestos, o ministro da Justiça José Eduardo Cardozo, ofereceu o auxílio da Força Nacional de Segurança para os estados com dificuldades em controlar os protestos. O inefável ministro, em ação coordenada com secretários de segurança dos estados, principalmente Rio de Janeiro e São Paulo, articulou uma ação cuja finalidade era a de reprimir duramente os protestos contra a Copa do Mundo. Um dos resultados dessa sanha repressiva, como bem sabemos, levou à prisão vários ativistas mediante provas e acusações forjadas.

Os fatos acima demonstram que o projeto de governo petista, baseado na conciliação de classe e no arbitramento dos interesses das diferentes frações burguesas, bem como pela ampliação do consumo como meio de apassivamento das classes dominadas pode ainda não ter se esgotado. Mas, tem encontrado, em uma conjuntura marcada pelo acirramento da crise econômica mundial, seus limites. Para as classes dominadas em geral, os limites estão dados pelo histórico nível de exploração capitalista a que são submetidos, mantido e em até certos pontos agravado pelo atual ciclo de expansão e acumulação e que a cidadania de consumo não é capaz de satisfazer. Os salários são muito baixos para fazer frente às necessidades “do estômago ou da fantasia”, integralmente submetidas à mercantilização. E a economia capitalista encara uma severa crise econômica, cujos impactos chegam ao Brasil na forma de desemprego, rebaixamento salarial e retirada de direitos.

Para as grandes frações burguesas, tanto para a associada como para a interna, os limites têm se colocado nas dificuldades do governo em manter uma política de arbitragem feita através da gestão da política econômica, em que se repartiria de modo equânime a mais-valia globalmente produzida. O governo de Dilma, inserido no contexto da grave crise econômica mundial, acirrou entre as duas principais frações burguesas a disputa por uma repartição mais favorável a seus interesses, da mais-valia globalmente produzida. Nesse caso, as opções do mandato petista atual foram a de reforçar um pouco mais os interesses da burguesia interna em detrimento da burguesia associada através da redução da taxa Selic, da depreciação do real frente ao dólar, de uma série de benefícios fiscais e da redução das tarifas de energia elétrica. Essa é a razão pela qual se acirrou nos últimos anos as disputas entre as duas principais frações burguesas que adquiriu na cena política, espaço da simulação e dissimulação de interesses, um contorno ideológico como não se viu nas três últimas eleições presidenciais. E nessa disputa cada uma das expressões político-institucionais dessas frações mobiliza suas respectivas classes-apoio. A queda na intenção de votos em Dilma e a entrada de Marina Silva na disputa, como

candidata das frações burguesas opositoras, ascendeu o sinal amarelo para os petistas. E isso tem feito sua cúpula buscar alianças políticas e sociais com setores colocados ainda mais à direita no espectro político. Dilma pode até ser eleita presidenta e provavelmente será. Resta saber se no primeiro ou no segundo turno. Porém, o preço a pagar por essa conversão é o de colocar o PT ainda mais como força política garantidora da ordem burguesa no Brasil.

Essa conversão do PT cada vez mais ao centro, pelos compromissos assumidos com a manutenção da ordem burguesa, deixou entre camadas do proletariado um grande vazio político. O “jeito petista de governar”, ao circunscrever a luta de classe e as perspectivas político-ideológicas dos trabalhadores à esfera econômica, colocou-os na condição de caudatários de um projeto burguês pelo qual recebe pequenas migalhas econômicas por sua instável adesão. Contudo, as *Jornadas de Junho* ao exporem a insatisfação popular com as condições de vida, demonstram que existe um grande espaço para a luta social. As contradições históricas de nossa formação econômico-social são mantidas, pois repousam em uma brutal exploração dos trabalhadores, bem como em formas políticas autoritárias no trato da chamada questão social. E é nessa brecha que a esquerda, principalmente os comunistas, podem e devem construir uma política socialmente enraizada.

Reconhecendo-se o nível de consciência e organização da classe trabalhadora na atualidade, bem como as demandas expostas pelas massas nas manifestações, a pauta por uma ampla e clássica cidadania de direitos ainda se coloca na ordem do dia para largas camadas do proletariado brasileiro. Isso compreende uma série de lutas, como a universalização dos serviços públicos, a pressão popular para que as suas demandas se sobreponham às imposições da oligarquia financeira, a reforma urbana e agrária para barrar o atual movimento de expropriação primária feita pelo capital no campo e na cidade, o fim da repressão policial na avenida e na favela, a redução da jornada de trabalho, o fim das terceirizações, aumentos substanciais de salários, o combate ao poder econômico e a punição de seus delitos, o fim da exploração e violência contra os segmentos mais vulneráveis do proletariado (juventude, negros e mulheres), a crítica ao autoritarismo político etc.

Para alguns, tais demandas podem parecer reformistas e recuadas diante do nível de desenvolvimento das forças produtivas, o que tornaria a luta por melhoras imediatas ultrapassada para os que fazem uma leitura puramente economicista de Marx. Todavia, o marxismo-leninismo ensina que nem sempre existe uma sincronia entre a infraestrutura econômica e a superestrutura política. Nem sempre o polo econômico mais avançado reproduzirá na política um polo igualmente avançado. Existe uma autonomia relativa da superestrutura política e ideológica, determinada pela luta de classe, em relação à base econômica. O nível de desagregação político-ideológico da classe trabalhadora brasileira na atualidade obriga os comunistas, se quiserem construir uma política socialmente enraizada, a se colocarem à frente das lutas mais imediatas do nosso povo. A história das revoluções sociais no século XX deixa uma importante lição. O caráter socialista dos processos de transformação social não é dado por fatores exclusivamente objetivos. A solução das contradições sociais pode assumir dois caminhos: um parcial feito por meio

de reformas e outro radical feito pela revolução. O caráter reformista ou revolucionário dependerá de uma *vontade social e política organizada* capaz de dirigir a luta de massa.

Nesse sentido, se os comunistas pretendem dirigir o processo de transformação social no Brasil rumo ao socialismo, teremos de enfrentar o desafio de nos inserirmos no movimento de massa, principalmente na classe operária para, em princípio, dirigir lutas por melhorias imediatas para o nosso povo. Não será por um passe de mágica que as classes dominadas no Brasil descobrirão que as propostas dos comunistas são as melhores. Será por meio de um trabalho árduo, de longo prazo, “amassando barro”, sem pressa com resultados imediatos muitas vezes voltados a eleger candidatos, ombreando-nos com os trabalhadores em todas as suas lutas, que os comunistas construirão uma política socialmente enraizada, tornando-se uma referência política reconhecida pelo povo.

Campinas/SP, agosto de 2014.